

FRONTEIRA: LIMITES SEM LIMITES

FRONTIER: LIMITS WITHOUT LIMITS

Andre Pessoa Rodrigues¹

RESUMO

Este artigo tem como norte a fronteira e como são os desdobramentos da mesma no debate geográfico. A partir de levantamentos bibliográficos, objetiva-se estabelecer reflexões que permitam construir e aglutinar à Geografia noções sólidas sobre a fronteira, (in) diretamente presente na sociedade brasileira. Parte-se do pressuposto de que a fronteira – que, por sua vez, é um limite político-administrativo – não possui limites, visto suas inúmeras representações e desdobramentos. Por possuir singularidades, pode ser interpretada sob diversas escalas, sendo elas geográficas, sociais e econômicas, o que reforça o fato de que não há limites para a fronteira.

Palavras-chave: Fronteira. Limites. Consenso.

ABSTRACT

What seeks to discuss in this reflection as north is the border and what are the reflections of the same in the geographical debate. From literature surveys, it aims to establish reflections that allow building and coalesce to Geography solid notions of the border (in) directly in the Brazilian society. This is on the assumption that the border - which in turn is a political-administrative boundary - has no limits, due its numerous representations and developments. By having singularities, can be interpreted in several scales, which are geographical, social and economic, which confirms the fact that there is no limit to the border.

Keywords: Boundary. Limits. Consensus.

¹ Geógrafo, Acadêmico do curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados
andrepr17@gmail.com

INTRODUÇÃO

A fronteira como limite está presente no cotidiano da sociedade e, para a maioria, existe sem que ao menos seja notada. É inexorável à rotina, à fala, às negociações – sejam de caráter pessoal, econômico, social. Esquece-se que não se trata somente de algo que remeta aos limites políticos, à hegemonia, às relações internacionais ou a elementos que a façam ser vista como uma barreira, um limite no qual sempre haverá a percepção de outrem. Portanto, pretende-se abordar elementos que destaquem como a fronteira pode ser lida, interpretada, vivida, sem amarras ou, até mesmo, sem limites, desconstruindo o próprio significado da palavra.

A fronteira passa despercebida por populares (leia-se, no geral) que, por exemplo, não notam sua existência ao consumirem um produto importado, ou ao analisarem dados do crescimento econômico do país ligados à exportação. Pode-se, inclusive, reduzir a análise para a escala nacional, representada por elementos como o fuso horário, por exemplo. Para quem habita regiões que se situam nas extremidades das divisões do fuso horário, é comum lidar a todo o momento com uma fronteira. Há, ainda, o destaque daqueles que realizam movimentos pendulares, de um fuso ao outro, sem interpretar na integralidade que os mesmos ocorrem em uma fronteira.

Ao, finalmente, observar uma escala local, encontra-se um ponto de análise para as reflexões acerca do que é a fronteira. A mesma pode ser interpretada sob diversas escalas, com elementos que a reafirmam como limite. A provocação da presente discussão vem de encontro com a naturalização da fronteira como um limite, da construção e solidificação “do lado de cá e do lado de lá”, sobretudo quando o limite também pode ser um espaço a ser analisado.

Dessa forma, objetivamos problematizar como a fronteira é analisada, sobretudo na Geografia, de maneira a complementar as considerações de um espaço que possui suas singularidades e não deve ser concebido como algo “à margem”, mas como mais um recorte para a compreensão dos processos nos quais estão a sociedade e o meio habitado.

A partir do levantamento bibliográfico de autores que tratam a temática e elementos correlatos, buscou-se desenvolver um contexto que desconstrua toda a representação consensual do que é a fronteira, a fim de fomentar o debate na ciência geográfica e em todas as ciências correlatas ao tema.

Portanto, o estabelecimento de reflexões acerca das discussões sobre a fronteira e seus limites transcende o comum, o imaginário, o natural, de maneira a destacar novas análises, percepções e concepções. Trata-se de apresentar elementos já

Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XIII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 15(0): 167-177, jan./jun. 2017 (ISSN 1678—698X)

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

debatidos, mas que não estão efetivamente problematizados e, se estão, ainda necessitam ser debatidos, pois a ciência não é estática e se estabelece através de processos.

DESCONSTRUÇÃO E REFLEXÕES ACERCA DE CONSENSOS

Para contextualizar a discussão sobre a fronteira e seu limite, trazemos o exemplo brasileiro de uma extensa área de fronteira. Surgem, então, as seguintes colocações: primeiramente, a contextualização da fronteira do Brasil e de seus limites fronteiriços não se resume somente ao limite internacional, político-administrativo, hegemônico. Há a possibilidade de definir o limite como a própria fronteira, entretanto, o que de fato envolve os limites é desprezado. É possível realizar análises que compreendam somente a realidade nacional, mas não há como chegar à completude sem ampliarmos o recorte de análise, de maneira a agregar todos os elementos contidos no processo.

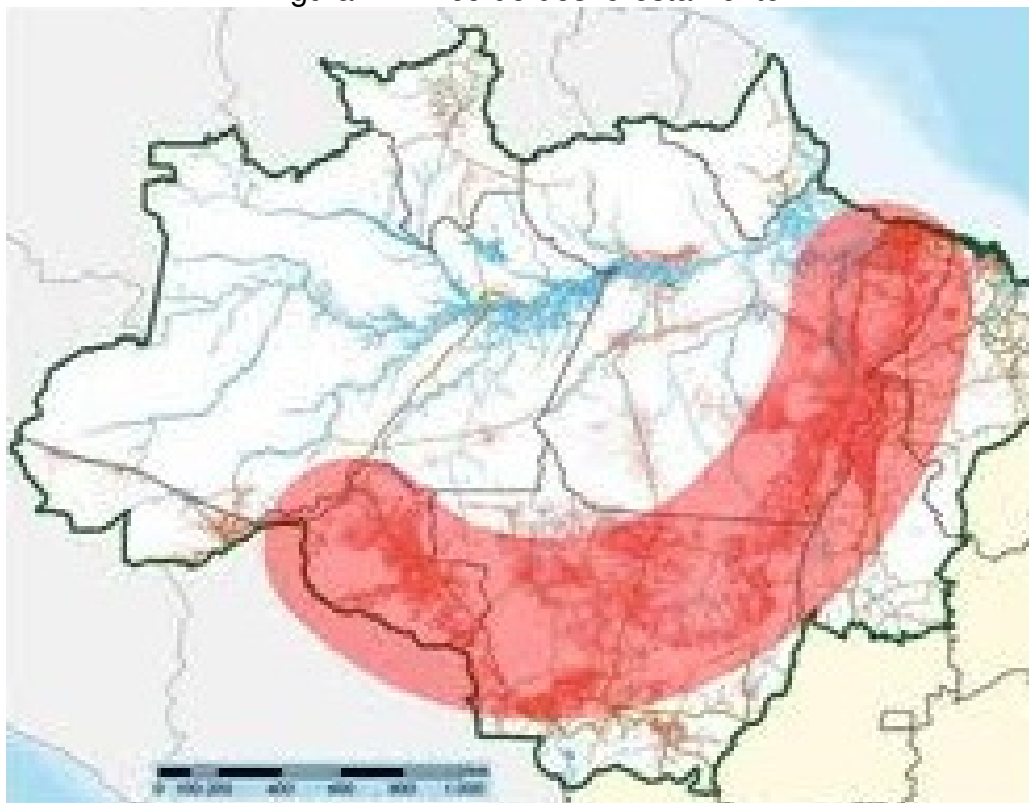
Dessa forma, pode-se trabalhar com a dualidade da escala de análise da fronteira. Esta pode ser concebida de acordo com duas concepções básicas e popularmente consensuais: como limite ou como região de fronteira. Tal fato pode ser ilustrado por Max (2008), quando comenta que existem dois conceitos a serem debatidos, o de *boundary* e o de *frontier*. O primeiro especifica o limite fronteiriço e o segundo utiliza o espaço da fronteira como uma zona fronteiriça. Desta forma, o que se pretende apontar é que existem algumas definições pré-concebidas que podem ser questionadas.

É inegável que as duas concepções se completam, já que para existir a região de fronteira, denominada por Max como *frontier*, é necessário que exista o limite, apontado como *boundary*. Assim, já que existem distinções de concepções, relativiza-se o concreto e questiona-se as definições pré-concebidas: a delimitação vigente e/ou consensual é a única existente na sociedade brasileira?

Para responder a esta questão, referimos um exemplo que supera o limite pré-estabelecido: os índios possuem regionalizações e espacializações próprias de suas culturas. Destarte, pode-se relativizar o concreto verificando que a delimitação vigente do território pode ser questionada. Não é da alçada desta discussão falar sobre a quem cabe delimitar o território; o que se pretende é colocar em questão o fato de que existe mais de uma interpretação a respeito de onde estão as fronteiras propriamente ditas.

Tratando a fronteira como algo abstrato existem, ainda, autores que questionam o fato de que a mesma não é fixa e nem sólida, mas móvel, de acordo com os processos nos quais está envolvida. Abrindo um parêntesis, em relação à discussão da fronteira móvel, sugere-se a leitura do sociólogo José de Souza Martins (2009), que apresenta relatos de campo sobre a expansão e avanços da fronteira agrícola pelo Brasil e suas consequências à sociedade brasileira. Nesse sentido, concebemos fronteira não somente aquela de limites político-administrativos. Para ilustrar e fomentar esta ideia, observemos a Figura 1:

Figura 1 – Arco do desflorestamento



Fonte: *Blog Antes Que A Natureza Morra*, de autoria do professor James Pizzarro, s/d.

Esta Figura demonstra que as fronteiras móveis são elementos que podem ilustrar algo do lado de lá e do lado de cá – nesse caso específico, o que já foi tomado pelo Arco do Desflorestamento. Esse termo é utilizado pelo autor, em seu *blog*, como algo que está em constante movimento em relação a níveis de desmatamento pelo território brasileiro que carregam consigo a fronteira.

Para complementar esta ideia, mais um exemplo: já que se discute o avanço da produção agrícola nas entrelinhas, é possível colocar em pauta a regionalização do Matopiba, acrônimo que define (pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária,

Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XIII Seminário da Pós-Graduação em Geografia, Rio Claro, 15(0): 167-177, jan./jun. 2017 (ISSN 1678—698X)

<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

a Embrapa, por exemplo) uma região que engloba partes das unidades federativas de Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. A dúvida, diante do exposto, é se realmente essa região como algo delimitado não é frágil e pode ter sua delimitação alterada frente às necessidades de expansão do capital. Em outras palavras: Será que, como região, permanecerá com esse mesmo recorte espacial, considerando o avanço da fronteira agrícola e o Arco do Desflorestamento anteriormente colocado?

Nesse sentido, Raffestin (2005) critica o significado de fronteira ao ressaltar que existe ausência de reflexão sobre a mesma, representada pelo medo da perda de cultura (leia-se cultura como a representação social e identitária da população), na qual há o enraizamento dos antigos ritos e práticas. Se há enraizamento, há o engessamento. Segundo o autor, a sociedade tem necessidade de ser inventora de modos de diferenciação espaço-temporal, por isso a fronteira é grande reveladora de tal prática.

A diferenciação espaço-temporal baseia-se na delimitação do outro como diferente, seja como elemento do espaço ou do tempo, exemplificado como um para o lado de cá e outro para o lado de lá, um antes e o outro depois. Diante desta ideia, como é definido quem ou o que está no limite? Qual é a concepção de quem ou o que está no que é definido por Max (2008) como *frontier*? Questiona-se, então, o “*regere fines*”, o traçado das fronteiras em linhas retas que carrega consigo concepções impregnadas (Raffestin, 2005). Caso este traçado seja possível, como seriam discutidos os elementos que a ele estão ligados e/ou à sua margem?

O problema está no suprimento dessa necessidade social de diferenciação espaço-temporal definida por Raffestin (2005), alicerçado sobre o que Gomes (2005) determina como agenda negativa ao caracterizar a faixa de fronteira, considerando-a como algo especial devido a questões históricas e políticas. Em resumo, a diferenciação que a sociedade necessita sobre algo que já possui questões históricas e políticas fragilizadas. Assim, o autor caracteriza tal fenômeno como a representação de pobreza absoluta, não somente no sentido conceitual, mas também monetário, visto que Gomes (2005) coloca a faixa de fronteira como praticamente abandonada pelo Estado. A título de explicação: as colocações de Gomes (2005) colocam em discussão a faixa de fronteira, delimitação a ser desconsiderada na presente discussão.

Aqui é importante retomar duas ideias de Raffestin (2005): primeiramente a de que existe ausência de reflexão sobre a ideia da representação de pobreza absoluta. O autor critica e salienta o fato de que há a necessidade, não somente por parte da Geografia, de enxergar a fronteira como espaço singular de análise, de maneira a agregar discussões que superem os limites de espaços que possuem limites que, por sua vez, não têm limite de acordo suas interpretações e desconstruções frente ao que é hegemônico.

Ao colocar a segunda ideia em questão, põe em debate a necessidade de apontar um elemento na (des)construção do consenso sobre a fronteira e seus limites: o mapa. A preciosa ferramenta da Geografia pode carregar consigo algumas facetas e, mais uma vez, não é intenção da presente discussão desqualificar nenhum mapa, somente refletir sobre o que pode ser representado por um que, muitas vezes, traz consigo elementos hegemônicos intrínsecos.

Massey (2005) tem um capítulo em sua obra que é denominado como “caindo nas armadilhas do mapa”, no qual caracteriza tal ferramenta como algo concreto, a combinação de informações representadas. Se são representações, podem representar qualquer elemento e, a partir de então, podem superar os limites que as fronteiras possuem, até mesmo caracterizar a fronteira. Entretanto, essa representação é complexa, pelo fato de que já que pode representar a fronteira, pode ser então um mapa capaz de conceber a multiplicidade que a fronteira possui, portanto, não é algo concreto, pois está sempre em evolução devido às características da multiplicidade, sendo um elemento inacabado e aberto.

A partir do questionamento do mapa e suas representações, baseado no conflito apresentado acima que corrobora em uma espécie de brecha, atrelado ao questionamento anterior de qual fronteira é real (a política ou a indígena), é possível verificar que existe a propagação massiva de mapas que são difundidos como ferramentas de poder, para representar o que é de interesse das hegemonias, retomando as armadilhas colocadas por Massey (2005). Para esclarecimento: um exemplo é o eurocentrismo dos mapas, discussão que se faz ampla que este artigo não comporta.

Tais armadilhas também podem ser encontradas na aplicação de informações e representatividade do mapa no qual, ao subtrair de uma representação as informações da sociedade, obtém-se como resultado somente a malha de territórios. Mas a malha de territórios é algo essencialmente concreto ou pode ser questionado? A fronteira, por possuir esse espaço de multiplicidade é, por conseguinte, espaço de metamorfoses por ser a consequência de modificações não visíveis no sistema de valores, tornando-se elementar na construção e manutenção da sociedade.

No sentido de que os mapas são questionáveis e que representam a multiplicidade da fronteira, referimos o caso dos brasiguaios. Albuquerque (2010) menciona suas dinâmicas e, a partir de então, surgem dois pontos para a discussão: primeiramente, a dificuldade de representar em um mapa algo ou alguém que, muitas vezes, se autodeclara como membro dos dois países.

Em seguida, há a questão da construção de um espaço único criado a partir do limite que contempla uma população de nacionalidade, identidade e vivências partilhadas. Seria então a representação/exemplificação desse espaço que se tenta definir desde o começo da discussão? Mas se é a representação do mesmo, como representá-lo no mapa com a dificuldade apresentada anteriormente (fronteiras

políticas e indígenas)? Trata-se de barreiras a serem derrubadas para a complexa análise da fronteira.

Em relação à questão dos brasiguaios, o autor afirma que as identidades étnicas se fortalecem nas zonas de fronteiras, de maneira alguma dissolvendo diferenças culturais: aquele que cruza a fronteira, reforça a fronteira e, assim, existem interpretações positivas e negativas sobre esse reforço.

Diante do exposto, pode-se levantar como positivo o fato de que não há distinção de um local para outro e que existe a construção e solidificação desse espaço de fronteira que se busca definir. O cruzamento na fronteira não é um problema, efetivando tais relações. Entretanto, no mesmo viés, porém, com uma interpretação negativa, pode-se dizer que essa facilidade de cruzamento e o reforço do local como fronteira o determina como lugar nenhum. Eis a necessidade da discussão e debate acerca da fronteira e sua significância, já que é necessário estabelecer alicerces para as discussões que permitam a elaboração de debates que não engessem conceitos.

Albuquerque (2010), de início, coloca em discussão o fato de que o difundido enquanto fronteira é um espaço que possui sempre algum elemento natural como divisor. Mais uma vez é possível deparar-se com a ideia de Raffestin (2005) de diferenciação espaço-temporal, no qual o elemento natural é o delimitante frente ao que está lá e ao que está aqui, antes ou depois, etc. Coloca também em discussão a influência política e, por esse elemento, é possível estabelecer um gancho com a ideia de que o mapa é uma ferramenta de reprodução do poder.

O último elemento a ser discutido a respeito dos mapas é a sua utilização como elementos presentes nos livros didáticos. Essa ideia, apresentada anteriormente de como o mapa é difundido, está intrinsecamente colocada para a sociedade nos menores e mínimos detalhes. No primeiro parágrafo do presente artigo, aponta-se que a fronteira está presente no cotidiano da sociedade e que, muitas vezes, não é notada. A ideia se confirma pelo fato de que os mapas presentes nos livros didáticos são os desenvolvidos e difundidos hegemonicamente, reforçando o papel dualista de que sempre há um limite na fronteira, que há elementos físicos para separar o lado de lá e o lado de cá. Diante de todos esses elementos, o que fica é o questionamento: a fronteira existe para separar ou para unir?

Albuquerque (2010) estabelece um raciocínio que cerceia sobre a discussão do hibridismo na fronteira. Delineando o conceito, o autor aponta os elementos do hibridismo cultural que, por sua vez, não é em si sinônimo de integração social e vice-versa. Ao apresentar elementos sobre o hibridismo cultural dos brasiguaios, acrescenta a formação de outros hibridismos. Contudo, questiona-se se é possível apontar o espaço de reprodução dos brasiguaios como um limite, afinal, mesmo habitando locais que muitas vezes não são situados junto ao limite internacional, desenvolvem (naturalmente, não por opção) fronteiras.

Retomando a indagação anterior, que questiona para que a fronteira existe, se é para unir ou para separar, atrelando a ideia dos brasiguaios que naturalmente desenvolvem fronteiras, depara-se com a seguinte situação: a fronteira entre “nós” e “eles”, comentada por Albuquerque (2010). Através da ideia de Raffestin (2005), da necessidade social de diferenciação espaço-temporal, é possível discutir como se dá a percepção do outro. Ilustrado pelas discussões dos brasiguaios de Albuquerque (2010), a sociedade paraguaia recebe os brasiguaios de uma maneira, assim como os próprios brasiguaios enfrentam os paraguaios de outra (para mais detalhes sobre a pesquisa de campo realizada no Paraguai, consultar a obra do autor). Existem situações nas quais os brasiguaios são tidos como superiores, outras nas quais ocorrem o inverso e até algumas que se caracterizam como relações de alteridade. Esse espaço de percepção do outro reforça um local que serve para unir ou para separar? Não pode, sobretudo, denominar-se como um espaço que seja de fronteira através de um limite social que também pode não ser notado? Albuquerque (2010) afirma que os grupos sociais se constituem como realidades heterogêneas e com contradições e conflitos internos.

Reflete-se, assim, na formação de uma concepção do outro através da autoconcepção, reforçando as colocações de Raffestin (2005). A fronteira cria por si só espaços que não se configuram como de alteridade, afirmando e carregando ainda mais esse limite que separa. Entretanto, caso seja ampliada a escala de análise, não configura um espaço de alteridade se analisada a realidade dos brasiguaios colocada por Albuquerque (2005)? Retoma-se o questionamento do que é concreto, até porque o autor alega que as identidades são, geralmente, móveis e múltiplas nos cenários das fronteiras culturais e simbólicas.

Machado e Haesbaert *et al* (2005), partindo de uma vertente de gestão, afirmam que esses espaços de fronteira merecem tratamento bilateral ou multilateral, dependendo de suas condições político-geográficas e, sobretudo, necessitam ser ajustados à permeabilidade da fronteira. Assim, se a gestão também é voltada para a manutenção das necessidades sociais, então a permeabilidade da fronteira aqui representada pode ser assemelhada ao hibridismo apontado por Albuquerque (2005). Mas, se o hibridismo não está ligado à integração, caracteriza-se o espaço da fronteira como um local de permeabilidade de heterogeneidades e, se são heterogêneos, não são híbridos. Dessa forma, mais questionamentos são apontados, o que torna cada vez mais ampla e sem limites a questão.

Mantendo a discussão sob o viés da gestão, a partir de uma análise dos índices de conectividade, os autores Machado e Haesbaert *et al* (2005) colocam que, para a fronteira, o híbrido cultural resultante das relações com o “estrangeiro” exige o reconhecimento de uma sociedade peculiar, ou seja, configuram o local que possui um limite como um espaço diferenciado. É, portanto, sob essa perspectiva que surgem esses questionamentos sobre como tais discussões devem ser efetivamente colocadas em pauta na Geografia.

Através de elementos que discutem o aporte questionador de Raffestin (2005), o aporte empírico e social de Albuquerque (2010) e o aporte pragmático e gestor de Machado e Haesbaert *et al* (2005), cruzam-se informações e colocações sobre a fronteira e seus limites. Como analisá-los e como estudá-los, revelando a complexidade de um espaço que, a partir de outras interpretações, não está situado “no limite” ou “à margem”?

Finalmente referimos dois pontos discutidos por Machado e Haesbaert *et al* (2005) como complementares. Primeiramente, os autores, ao elaborarem um modelo para a classificação das interações na fronteira, relatam que tais fenômenos não são iguais ou idênticos, cada realidade possui suas peculiaridades e, portanto, diferenciações. Além disso, ao formalizar qualquer argumento sobre a realidade da fronteira, revela-se muito sobre o que está incompleto ou problemático, o que corrobora com esta discussão em relação ao fomento de estudos sobre a fronteira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo apresenta, portanto, elementos que possam subsidiar a desconstrução de consensos – o que nem sempre é o que ocorre na prática – a fim de fomentar a discussão sobre a fronteira. Cabe (não somente) à Geografia ampliar, inserir e centralizar este debate devido às diversas perspectivas apresentadas e outras que, por ventura, surgirem. Destarte, retoma-se a indagação: para o que serve a fronteira? O próprio limite carrega consigo o significado de limitar algo ou alguém. Mas é somente essa perspectiva passível de análise? Ao mesmo tempo em que separa, a fronteira também une. Une dois povos, duas nações, o lado de lá com o lado de cá, o antes com o depois e, dessa forma, sob a perspectiva da união, representa um espaço único que, por sua vez, é carregado de significados.

Pretendemos que esses significados sejam aludidos pela sociedade de maneira a elucidar como a fronteira é presente, mesmo que indiretamente, mesmo que distante. E que a mesma deve ser vista como tal. Nesse sentido, a grande questão é: o que ocorre na fronteira? A partir da ideia de que o limite serve para limitar, é construído um espaço singular que necessita ser desconstruído quanto às suas limitações. Desta forma, afirmamos que não há limites para o limite da fronteira:

Trata-se do espaço como a esfera de uma simultaneidade dinâmica, constantemente desconectada por novas chegadas, constantemente esperando por ser determinada (e, portanto, sempre indeterminada) pela construção de novas relações (MASSEY, 2005, p. 160).

A autora, ao debater os elementos que configuram o espaço, coloca em questão a permeabilidade apontada por Machado e Haesbaert et al (2005), denotando que o espaço está sempre aberto, vulnerável e, sobretudo, na fronteira não é diferente. O espaço, logo, a fronteira, é tida como um feixe no qual as relações estão se cruzando, penetrando, modificando e, ao mesmo tempo, se configurando.

Nesse sentido, segue o último questionamento: as relações estão configurando a fronteira, mas qual seria o resultado dessa configuração? A complexidade da fronteira não permite que ela tenha uma definição engessada, cristalizada. Segundo Albuquerque (2010), os conflitos entre os que habitam as fronteiras não são claros para os próprios sujeitos sociais e, muito menos, para quem ou o que está em paralelo.

A partir dos questionamentos e discussões apresentados é possível verificar rupturas na análise de como é possível tratar a fronteira. Tais rupturas significam oportunidades de reflexão que merecem atenção, de modo a enriquecer o debate sobre a temática. No entanto, antes de qualquer consideração, é necessário compreender que a fronteira é mais do que um limite, agregando todos os quesitos já discutidos; sobretudo é importante que haja compreensão da complexidade do tema

É necessário, nesse sentido, que as discussões sobre a fronteira sejam trazidas à tona, na academia, no cotidiano da sociedade ou qualquer que seja a esfera de debate, de maneira a desfazer esse caráter que inebria as realidades, de modo a continuar fomentando e solidificando, através de questionamentos e apontamentos, a ideia de que não há limites para o limite da fronteira.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Lindomar Coelho. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai**. São Paulo: Annablume, 2010. 266p.

GOMES, Ciro Ferreira. Apresentação. In: OLIVEIRA, Tito C. M. de (Org.). **Território sem limites – estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005. Apresentação, p. 7 - 8.

MACHADO, Lia; HAESBAERT, Rogério *et al.* O Desenvolvimento da Faixa de Fronteira – uma proposta conceitual-metodológica. In: OLIVEIRA, Tito C. M. de (Org.). **Território sem limites – estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005, p. 87 - 112.

MARTINS, Jose de Souza. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009. 187p.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 312p.

MAX, Claudio Zarate. Desenvolvimento das economias locais de fronteira: as dissimetrias, as possibilidades de cooperação econômica e o papel das proximidades organizacionais. **Oidles Revista Acadêmica**, Málaga, Espanha, v. 2, p. 1-20, dezembro, 2008.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito C. M. de (Org.). **Território sem limites – estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2005. Prefácio, p. 09-15.

Antes que a natureza morra, 2016. Disponível em: <<http://antesqueanaturezamorra.blogspot.com.br/2015/04/artigos-amazonia-como-ela-e.html>>. Acesso em: 28 de novembro de 2016.